



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 18 de julho de 2012

**O ESTADO DE SÃO PAULO**

Congresso aprova LDO, sem mudança em licitações ..... 1  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**VALOR ECONÔMICO**

Câmara amplia as desonerações do Brasil Maior ..... 2  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**O GLOBO**

Congresso aprova LDO sem reajuste a servidor ..... 7  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**SITE ADMINISTRADORES**

Montadora Bramont anuncia novo CEO ..... 8  
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Congresso aprova LDO, sem mudança em licitações</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo tentou incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 uma emenda que permitiria à Petrobrás e outras estatais realizar compras com menos controle, mas a oposição pressionou e a tentativa foi abortada. A LDO foi votada após batalha entre governo e oposição pela liberação de emendas parlamentares. Mesmo não tendo obtido uma vitória total, o texto atende aos interesses do governo.

#### Congresso aprova LDO, mas rejeita flexibilização de licitações da Petrobrás

Texto atende aos interesses do governo ao não garantir reajustes a servidores e a aposentados que ganham acima de um salário mínimo

EDUARDO BRESCIANI / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo tentou incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013 uma emenda que permitiria à Petrobrás e outras estatais fazer obras sem respeitar as tabelas de preços de licitações públicas. Isso abriria espaço para compras com menos controle e dificultaria a fiscalização de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU).

A emenda chegou a ser aprovada pela Comissão Mista de Orçamento, mas no plenário do Congresso a oposição pressionou e a tentativa foi abortada.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, esteve por trás da manobra. Ele fez o pedido ao senador Romero Jucá (PMDB-RR), que articulou a votação da emenda, e ao líder do governo no Congresso, José **PIM**entel (PT-CE).

A proposta foi aprovada na comissão, mas a oposição ameaçou impedir a votação da LDO em plenário se a emenda não fosse retirada. Até integrantes da base se mostraram contrários à manobra. "Essa emenda é criminoso. Ela torna legal a empresa pública pagar preços acima do mercado", protestou na tribuna o senador Pedro Taques (PDT-MT).

Petrobrás. Coube à ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, orientar o recuo. "Estava buscando atender a um pleito de setores da Petrobrás, mas como há uma celeuma e posições divergentes no governo, da minha parte podemos convergir e retirar", disse Jucá.

O texto que o governo tentou emplacar, sem sucesso, faria com que as estatais e empresas de economia mista com atuação internacional e regime próprio de licitação, como Petrobrás e Eletrobras, não tivessem mais de seguir as tabelas oficiais de licitação: Sicro, para obras rodoviárias, e Sinapi, para obras civis. O TCU tem usado essas tabelas para questionar obras das empresas e, muitas vezes, recomendar ao Congresso que suspenda repasses de recursos.

A LDO foi votada após uma batalha entre governo e oposição pela liberação de emendas. O Planalto prometeu R\$ 4,5 milhões para cada integrante da base e R\$ 3 milhões para a oposição. Fiador do acordo, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse que fará um "check list" em agosto para ver se a promessa está sendo honrada.

Para facilitar a votação, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) retirou do parecer a permissão para execução de investimentos do governo e de estatais, entre eles do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), mesmo sem a aprovação do Orçamento. O governo tenta aprovar essa permissão todos os anos, mas ainda não conseguiu.

Mesmo não tendo obtido vitória total, o texto atende aos interesses do governo ao não garantir reajustes para servidores ou aposentados que ganham acima de um salário mínimo. A proposta apenas autoriza o governo a negociar. O Congresso incluiu a previsão de recursos para a Lei Kandir, que compensa Estados por benefícios à importação, mas o texto foi redigido de forma a permitir o veto sem criar conflitos com outros artigos.

Apesar de o governo admitir que a economia não crescerá este ano como projetado, foi mantido no texto a estimativa de expansão de 4,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano e de 5,5% para 2013. A LDO também garante reajuste de 7,35% para o salário mínimo, que vai para R\$ 667,75 em 2013. Do lado fiscal, o Congresso manteve em R\$ 155,9 bilhões a economia para pagar juros da dívida, o chamado superávit primário. O valor equivale a 3,1% do **PIB** projetado, e o governo poderá abater até R\$ 45,2 bilhões com o PAC.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Câmara amplia as desonerações do <u>Brasil</u> Maior</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação das medidas provisórias do Plano Brasil Maior com grande ampliação de benefícios fiscais. As negociações com os parlamentares foram conduzidas pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e tiveram, em parte, a anuência do governo. O Executivo, porém, não garantiu a sanção integral das MPs. Considerou mais importante aprová-las a tempo.**

O resultado atendeu um vasto leque de interesses de agricultores, construtoras, empresas de telecomunicações, transportes e de governadores e bancadas do Norte e Nordeste. As MPs agora serão votadas pelo Senado em agosto.

#### **Câmara amplia benefícios das MPs do Brasil Maior**

**Por Caio Junqueira | De Brasília**

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação das duas medidas provisórias do Plano Brasil Maior com grande ampliação de benefícios fiscais em relação à proposta original do governo, apresentada durante o lançamento da segunda fase do programa, em abril. As negociações com os parlamentares foram conduzidas pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e tiveram, em parte, a anuência do governo. O Executivo, porém, não garantiu a sanção integral das MPs. Considerou mais importante aprová-las a tempo. Ambas seguem, agora, para o Senado.

Entre os benefícios tributários mais significativos aprovados pelos deputados estão a isenção do PIS, da Cofins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os produtos alimentares da cesta básica, a inclusão de mais seis setores produtivos no programa Revitaliza, a isenção de tributos para a renegociação de dívidas de pessoas físicas com os bancos e a inclusão de hotéis, de empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, empresas de transporte aéreo e marítimo, entre outras, na desoneração da folha de pagamentos.

A medida que incentiva a renegociação de dívidas foi sugerida pelo próprio governo e o substitutivo aprovado aboliu o limite de até R\$ 30 mil para os débitos que podem ser renegociados com o sistema bancário conforme os termos

da lei 12.431, que permite um regime tributário especial para estimular o banco a renegociar débitos com pessoas físicas e empresas. Eventuais limites poderão ser estabelecidos pelo Ministério da Fazenda.

Houve uma farta apresentação de emendas. A MP 563 chegou à comissão com 54 artigos e saiu de lá com 78. Por ser mais ampla do que a 564, foi alvo de interesses diversos. O caso mais vistoso foi o do setor de transportes, que acabou entrando como beneficiário de um dos pilares do Programa Brasil Maior: a desoneração da folha de pagamento.

O relator da MP 563, senador Romero Jucá (PMDB-RO), estendeu a desoneração da folha para empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, "com itinerário fixo municipal, intermunicipal, interestadual e internacional". Só nesse ponto, segundo consultores legislativos, a renúncia prevista é de R\$ 1 bilhão.

Foram incluídos, ainda, os setores de manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos; transporte aéreo de carga; transporte aéreo de passageiros; transporte marítimo de carga e de passageiros e navegação de cabotagem, dentre várias outras modalidades.

Houve até algumas alianças incomuns. A construção civil se juntou à área educacional para instituir um regime especial de tributação para a construção de escolas de educação infantil. As construtoras que se interessarem terão isenção de Imposto de Renda, PIS, Pasep, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Cofins até 31 de dezembro de 2018.

Inclusive a Lei que instituiu o Cadastro Positivo foi alvo de uma flexibilização, após pressão do senador Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele excluiu a responsabilidade do consulente -os clientes de instituições como a Serasa- sobre danos morais e materiais causados ao cadastrado.

"Houve muitos setores se articulando em basicamente duas linhas: a desoneração da folha e outros benefícios fiscais. Só que o governo não tinha espaço fiscal para todas as concessões. Por outro lado, a pressão e a negociação aumenta nesse novo sistema de apreciar MPs. Por isso acabamos fazendo inclusões sem compromisso de sanção", disse Jucá.

No plenário, a MP foi alvo ainda de disputa política entre PT e PSDB, uma vez que os tucanos conseguiram aprovar um destaque para dar isenção tributária a produtos da cesta básica. Petistas reclamaram que se tratava de um projeto de sua autoria. Muitos deixaram o plenário para não votar contra a proposta, facilitando sua aprovação.

Na MP 563, houve, segundo deputados, participação de governadores dos quatro principais partidos do país, como Antonio Anastasia (Minas Gerais), do PSDB; Eduardo Campos (Pernambuco), do PSB; Jaques Wagner (Bahia), do PT; e do vice-governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, do PMDB.

Foram intensas as pressões sobre os relatores das duas MPs - o senador Romero Jucá (PMDB-RR), da 563; e o deputado Danilo Forte (PMDB-CE), da 564 - para que as alterações, ainda que sem o apoio explícito do governo, entrassem nos textos finais aprovados pelos deputados. A previsão é de que eles sejam votados no Senado no início de agosto.

Os parlamentares aproveitaram-se também do fato de serem as primeiras MPs de grande repercussão econômica cujos relatórios são resultados de comissões mistas de deputados e senadores, o que amplia a pressão dos lobbies.

Congresso entra em recesso e deixa na fila temas estratégicos

Foram adiadas para depois das eleições votações **importantes**, como a nova repartição dos royalties, o fim do fator previdenciário e o Fundo de Participação dos Estados. Essa pauta só será retomada em outubro.

**Congresso entra em recesso sem votar projetos estratégicos**

**Na lista estão a distribuição dos royalties do petróleo e a reforma do Fundo de Participação dos Estados**

#### **Ruy Barata Neto**

O Congresso Nacional entra em recesso a partir de hoje, deixando para depois das eleições de outubro um conjunto de projetos de lei que é prioritário para o país. Como parte do esforço para enfrentar a crise internacional, os parlamentares da base aliada foram eficientes em manter na gaveta temas polêmicos, que podem representar elevação dos gastos públicos.

Eles avaliam, porém, que será difícil repetir o feito no segundo semestre. "Teremos um novembro explosivo", afirma o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA).

Então, serão discutidos dois dos principais temas não resolvidos pelo Congresso no primeiro semestre: a distribuição dos royalties do petróleo e a reforma do Fundo de Participação dos Estados (FPE). "Acho que será possível encerrar os dois assuntos até o final do ano", diz, referindo-se ao prazo -até dezembro - para a reforma do FPE, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal (STF).

O problema é que os dois temas, que ainda não têm consenso entre as unidades da federação e exigem maiores gastos do governo, serão debates com outras matérias de forte apelo social.

Um deles é a proposta que extingue o fator previdenciário e o outro é o Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10), aprovado na Câmara dos Deputados no final do mês passado e que agora segue para o Senado.

A proposta vincula 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**) com políticas do setor em período de até dez anos.

Hoje, União, estados e municípios aplicam juntos cerca de 5% do **PIB** na área.

O governo é favorável ao projeto, mas desde que se aponte de onde sairão os recursos para custear o PNE. Por conta disso, o avanço da matéria dependerá dos debates que ocorrerão a partir do projeto de Lei orçamentária anual (PLOA), que deverá ser encaminhado ao Congresso no final de agosto.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), não descarta a possibilidade de romper com o prazo estabelecido pelo STF para a aprovação das novas regras de FPE caso o cenário externo continue desfavorável, o que diminui a margem de negociação do governo. "No senado não existe consenso sobre a matéria. O que acontece se o prazo estabelecido pelo supremo não for cumprido? Eu acho que nesse caso teremos que enfrentar isso, mas devemos ter grandes dificuldades de cumprir o prazo."

O líder do PT na Câmara, Jilmar Tatto (SP), admite a necessidade de ajustes na base aliada para enfrentar o período pós-eleitoral. "A base precisa de ajustes.

Não aumentar e nem diminuir. Precisamos de aprimoramentos no diálogo para tornar a base mais orgânica, mais organizada e mais fiel ao governo", diz.

Apesar de terem conseguido aprovar neste primeiro semestre todos os projetos prioritários do governo, a base aliada sofreu alguns reveses entre os quais está a recente

inclusão de alguns dos chamados "projetos bombas" na pauta de votação da Câmara às vésperas do recesso.

## PROJETOS EMPERRADOS

Propostas que foram postergadas por aumentar gastos do governo

### PROJETOS DE LEI DESCRIÇÃO

PL 2.565/11 Estabelece nova divisão dos royalties da exploração de petróleo

PL 3.299/08 Coloca fim ao fator previdenciário

PL 289/11 Novas normas de repartição do Fundo de Participação dos Estados (FPE)

PLS 85/2010 Propõe o fim da exigência de unanimidade no Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária)

PECs 446/09 e 300/08 Piso salarial de policiais militares e bombeiros

PL 1.277/07 Prioridade a processos por crimes praticados por autoridades

PEC 3/07 Recriação das férias coletivas do Judiciário

Já aprovadas pela Câmara, as MPs 563 e 564 do Plano **Brasil** Maior só serão apreciadas pelo Senado em agosto sem que percam prazo de validade

Fonte: **Brasil** Econômico

Congresso aprova LDO de 2013 sem flexibilização à Petrobras

Concessões a emendas da oposição permitiram acordo que destravou votação no plenário

O Congresso aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, que estabelece superávit primário de R\$ 155,9 bilhões. Também prevê a possibilidade de abatimento da meta dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mecanismo que vem sendo colocado há alguns anos.

Os parlamentares, no entanto, retiraram do texto a emenda, que havia sido aprovada na Comissão Mista de Orçamento, que flexibilizava o processo de licitação para a Petrobras.

Depois de intensas negociações nas últimas semanas, a votação da LDO foi destravada graças a um acordo promovido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), sobre a liberação de mais emendas aos

parlamentares de partidos da oposição. Com isso, os deputados e senadores entram de recesso e só retornam aos trabalhos apenas em 1º de agosto.

O acordo foi colocado em risco quando o governo insistiu no benefício à Petrobras.

O PSDB ameaçou pedir verificação de quorum, impedindo a aprovação por votação simbólica, instrumento que permite aos parlamentares ficar fora do plenário.

Na hora da votação, o registro de presença mostrava 409 deputados, mas nem 100 estavam no plenário.

Reuters

Medida provisória do regime automotivo fica parada no Senado

MP era prioritária para o governo, mas atraso na Câmara inviabilizou votação

Simone Cavalcanti

O atraso na aprovação pelo Congresso da Medida Provisória nº 563, que estabelece o regime automotivo entre 2013 e 2017 e outros estímulos econômicos do Plano **Brasil** Maior (PMB), impede a publicação do decreto que vai regulamentar o regime automotivo e estabelecer um plano de fortalecimento para a cadeia de autopeças.

Após ampla negociação e promessa do governo de liberação de emendas para as bancadas, a MP foi aprovada na Câmara dos Deputados anteontem, mas não houve tempo hábil para que chegasse ao Plenário do Senado antes do recesso parlamentar, que tem início hoje.

A equipe econômica tem pressa em estabelecer todas as bases do novo plano para o setor. O secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, afirmou ao **Brasil** ECONÔMICO que a demora está represando os investimentos que já poderiam estar sendo engatilhados para o próximo ano.

Tanto é que o próprio ministro Guido Mantega foi essa semana a público para dar um recado claro ao Congresso tentando apressar as votações das Medidas Provisórias nº 563 e nº 564, que tratam do PBM.

No entanto, agora, essas MPs só serão votadas pelos senadores entre os dias 7 e 10 de agosto.

Após a aprovação a presidente Dilma Rousseff tem até 15 dias para sancionar a lei e só então o decreto pode ser publicado.

De acordo com fontes do governo, o anúncio das mudanças que serão feitas no regime automotivo poderia ser feito antes mesmo do decreto. Mas um problema de agenda pode postergar isso também. O ministro Mantega sai de férias amanhã e só retorna a Brasília dia 30 de julho e seu colega do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **Pimentel**, planeja um recesso durante o mesmo período.

Em compasso de espera pelo Senado, fica sob risco um estímulo econômico considerado pelo governo a melhor mudança estrutural dos pacotes anunciados até agora: a ampliação da desoneração da folha de pagamentos, que foi estendida aos setores de autopeças, plástico, naval, aeronáutico, entre outros.

O benefício entra em vigor no dia 1º de agosto e a 563 expira no dia 15. Se não for aprovada conforme o planejado, cria-se um vazio jurídico para essa medida.

Além dessa MP, o governo vai ter de aguardar só para agosto a aprovação da 564, que cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos (ABGF), inclui novos setores no Revitaliza - programa de financiamento do Banco Nacional de **Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** para auxiliar empresas de setores afetados negativamente pela conjuntura econômica internacional, e também prevê a extensão e redução dos juros cobrados no Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

A segunda fase do Plano **Brasil** Maior foi anunciada em abril passado como uma resposta potente do **Governo Federal** aos efeitos da turbulência internacional sobre a economia brasileira, mas as duas medidas provisórias ainda estavam tramitando na Câmara até anteontem.

Parte da demora, segundo um assessor parlamentar, se deveu ao fato de que elas tiveram de passar pelo novo rito de apreciação pela Casa, com a obrigatoriedade de formação de uma comissão mista para discutir os temas abordados nas MPs. "Outra coisa foi o uso justamente dessas medidas como moeda de troca no movimento de resistência na questão orçamentária, ou seja, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)", afirmou o assessor.

Indústria e **comércio** esperam pouco para o segundo semestre

Avaliação é de que até julho apenas parte dos projetos prioritários teve aprovação

**Erica Ribeiro**

Representantes de entidades de classe da indústria e do **comércio** avaliam que apenas parte dos projetos prioritários para o setor produtivo conseguiu aprovação no Congresso no primeiro semestre, ou ao menos entrar em pauta, apesar de o país estar em ano eleitoral. No entanto, ainda há muita estrada a ser desbravada e, para o segundo semestre, com a corrida eleitoral em pleno andamento, não há muito o que se esperar.

Marcelo Correa, assessor jurídico da **Fecomércio-SP** aponta como avanços no Congresso as discussões sobre a inclusão de crimes de informática no código penal e o fato de estar na pauta as PECs 56, 103 e 113, que tratam de alterações nas regras de **ICMS** nas operações de vendas à distância.

Ele também cita o projeto que reconhece a profissão de movimentador de **mercadorias**, um avanço por estar na pauta de discussões.

No entanto, Marcelo Correa não espera que nenhum dos assuntos seja concretizado na volta dos deputados do recesso. "No segundo semestre as coisas ficarão mesmo travadas e o que avançou não vai necessariamente se concretizar.

Assuntos como a questão dos royalties, por exemplo, **importantes** para a indústria e para os municípios também ficarão para 2013.

Vladson Bahia Menezes, gerente executivo de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), diz que o primeiro semestre, de um modo geral, teve um ritmo de deliberações sem uma sequência clara, pela proximidade com as eleições, demora na criação das comissões, ocorrida apenas em março e até em razão da Rio+20 como fator desmobilizador.

Mas ele destaca alguns pontos que, na visão da indústria, foram favoráveis.

"A MP 567, que cria novas regras para a poupança, gera uma redução de juros sustentável. Já a criação da previdência complementar para o servidor público gera um ambiente de negócios mais favorável. A PRS 72, ou Resolução 13, que acaba com a guerra fiscal dos portos e muda a tributação do **ICMS** na origem para bens **importados** onde não haja transformação nacional é um **importante** passo para a indústria brasileira", afirma.

Já projetos que deveriam ser finalizados e não foram, como as normas para a terceirização de empregados (projeto 4330/2004), diz Menezes, necessitam de uma definição e

ficaram parados. "Não há regulação clara para a terceirização e falta segurança jurídica para o empresário. Com regras claras, é possível terceirizar quando for **importante** para a competitividade", diz.

O gerente Jurídico de Assuntos Legislativos da Firjan, Pedro Capanema, considerou tímida a atuação do Congresso. Para ele a questão da falta de aprovação do projeto que regulamenta a terceirização é preocupante. "A expectativa de ser aprovado no semestre passado não

aconteceu e agora esperamos que depois de outubro isso possa acontecer", diz

Além disso, no caso do Rio de Janeiro, a indefinição sobre os royalties nos contratos de partilha e de concessão travam não só o setor produtivo mas afetam a sociedade fluminense, afirma Capanema. "É um perde-perde porque não se ganha e não há ainda como mensurar perdas com a falta de avanço nesta questão. E não podemos esperar que se concretize em 2012", completa.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Congresso aprova LDO sem reajuste a servidor</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Além de mínimo de R\$ 667 para 2013, lei votada ontem prevê cenário otimista na economia, com PIB crescendo 5,5%**

**Cristiane Jungblut**

BRASÍLIA . Após uma negociação que envolveu a promessa de liberação (empenhos) de um maior lote de emendas a parlamentares, o Congresso aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (LDO) sem qualquer proposta de reajuste para servidores e com a proibição de pagamento retroativo de eventuais aumentos que venham a ser concedidos. Por outro lado, obedecendo a lei de valorização do salário mínimo, o texto aprovado manteve a previsão de um mínimo de R\$ 667,75 a partir de janeiro, um aumento de 7,36% em relação aos os atuais R\$ 622.

O texto aprovado da LDO - um conjunto de normas e parâmetros para a confecção do Orçamento da União do ano posterior - manteve uma visão otimista da economia para 2013, otimismo que não é mais compartilhado nem dentro do governo ou no mercado.

Apesar da retração da economia em 2012, na LDO o crescimento é mantido em 5,5% do PIB para 2013 (o mercado já reduziu a previsão para este ano para cerca de 2%) e o superávit primário em R\$ 155,85 bilhões, ou 3,1% do PIB. Com a aprovação da LDO, o Congresso entra em recesso hoje e só volta em agosto.

A LDO frustrou os servidores e não trouxe garantia efetiva de reajustes. Ficou apenas um texto genérico que "autoriza a inclusão de recursos no projeto de lei orçamentária, com vistas ao atendimento de reajustes no Poder Executivo, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário e no Ministério Público da União". Na prática, fica nas mãos do governo alocar ou não os recursos.

Os parlamentares rejeitaram proposta do deputado João Dado (PDT-SP), que queria dar autonomia aos poderes para fixar seus reajustes.

- O texto aprovado é uma saída política possível - admitiu o relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O governo também conseguiu manter um dispositivo proibindo pagamentos retroativos: "Os projetos de lei ou medidas provisórias que tratem de reajustes não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia". A interpretação é que projetos de lei que estão parados no Congresso, se aprovados, terão que se adaptar à restrição.

Mas o Palácio do Planalto foi frustrado em dois pontos. O primeiro foi a criação do chamado Anexo de Metas dentro da LDO, no valor de R\$ 11 bilhões. Valadares fez a lista de obras prioritárias, alegando que tem o aval do Planejamento, mas o Planalto prefere usar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como a lista de obras prioritárias.

O segundo ponto que desagradou ao governo foi a retirada do artigo que garantia os investimentos do PAC e das estatais no ano que vem, mesmo que o Orçamento da União de 2013 não seja aprovado até 31 de dezembro. Permaneceu a regra de que, sem Orçamento aprovado, o governo só pode gastar com o custeio da máquina pública.

O relator ampliou a chamada Lei da Transparência, estabelecendo que autarquias e estatais controladas diretamente ou indiretamente pela União terão que divulgar os salários de seus servidores. O texto da LDO ainda obriga a divulgação de dados sobre as entidades do chamado Sistema S, como o Sebrae.

	VEÍCULO SITE ADMINISTRADORES		EDITORIA
	TÍTULO <b>Montadora Bramont anuncia novo CEO</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Eduard Roosli era presidente da multinacional Spectrum Brands Inc, responsável por países como América Latina, Austrália e Nova Zelândia**

A Bramont, que opera no **Pólo Industrial** de **Manaus** desde 2007, apresenta seu novo presidente, Eduard Roosli. O novo CEO tem 1 experiência em gestão – nacional e internacional – e em negócios operacionais na América Latina, Estados Unidos, Europa e **mercados** emergentes. Antes de assumir a direção da Bramont, Eduard era presidente da multinacional Spectrum Brands Inc, responsável por países como América Latina, Austrália e Nova Zelândia. Eduard iniciou sua carreira na Suíça, em empresa do grupo Credit Suisse Holding e atuou por quase duas décadas na Xerox Corporation em várias partes do mundo.

Embora já esteja no **Brasil** desde 2007, a mudança na presidência é estratégica para a Bramont. Em Setembro de 2011 a empresa passou a fazer parte do grupo chileno Gildemeister, que atua em toda a América Latina na

**importação** e distribuição de automóveis, motos, máquinas e equipamentos de marcas mundialmente reconhecidas. Eduard veio para estruturar as operações da Bramont com planos agressivos de crescimento. Para começar, está trazendo profissionais de peso para sua equipe e o foco da empresa será a marca registrada do grupo: Cliente em primeiro lugar e Excelência na Gestão da Qualidade.

Entre as mudanças previstas está a construção de uma nova fábrica de tratores em Dois Irmãos, Rio Grande do Sul, e a expansão da fábrica em **Manaus**, ambos já em andamento. Além disso, a Bramont tem participação confirmada no Salão do Automóvel. A empresa é responsável no País por marcas como Mahindra Automóveis, Mahindra Tratores & Equipamentos Agrícolas, Motos Keeway, Motos Benelli, entre outras que estão por chegar até o final do ano.